

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL

ANO DE
2025

DENOMINAÇÃO: ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE NESPEREIRA

MORADA: Rua António Ferreira, 101

LOCALIDADE: Nespereira

FREGUESIA: Nespereira e Casais

CONCELHO: Lousada

CODIGO POSTAL: 4620-911



(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Nespereira, 5/3/2026

Nespereira, 28/3/2026

ASSINATURAS:

Teresa Magalhães
António Soares
Paulo António Barbosa Leal

ASSINATURA DO PRESIDENTE

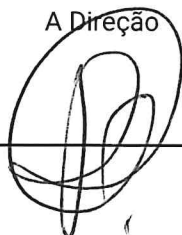
Paulo Sérgio dos Fontes

ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE NESPEREIRA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

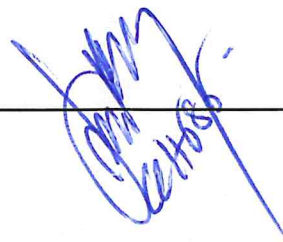
Contribuinte : 502358777
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 184 180,40	1 240 654,29
Investimentos financeiros	11.2	3 390,40	3 390,40
		1 187 570,80	1 244 044,69
Ativo corrente			
Inventários	5	1 934,74	1 681,92
Créditos a receber	11.13	1 506,31	1 829,06
Estado e outros entes públicos	11.7	910,81	1 057,68
Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros	11.1	625,00	395,00
Diferimentos	11.3	4 323,21	1 239,27
Outros ativos correntes	11.8	72 985,68	121 957,38
Caixa e depósitos bancários	11.4	49 497,06	18 434,30
		131 782,81	146 594,61
Total do ativo		1 319 353,61	1 390 639,30
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.5	100 816,95	100 816,95
Resultados transitados	11.5	-426,59	23 230,13
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	11.5	953 670,48	966 640,18
		1 054 060,84	1 090 687,26
Resultado líquido do período		-4 667,06	-39 005,13
Total dos fundos patrimoniais		1 049 393,78	1 051 682,13
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	191 813,34	253 306,92
		191 813,34	253 306,92
Passivo corrente			
Fornecedores	11.6	8 488,91	12 321,56
Estado e outros entes públicos	11.7	6 589,55	6 852,64
Financiamentos obtidos	6	0,00	10 000,00
Outros passivos correntes	11.8	63 068,03	56 476,05
		78 146,49	85 650,25
Total do passivo		269 959,83	338 957,17
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 319 353,61	1 390 639,30

A Direção



O Contabilista Certificado



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 025	2 024
Vendas e serviços prestados	7	514 252,31	408 375,89
Subsídios, doações e legados à exploração	11.9	14 290,66	15 685,99
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-56 714,27	-46 631,96
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-70 832,74	-73 414,59
Gastos com o pessoal	9	-405 484,49	-319 752,39
Outros rendimentos	11.11	62 855,00	47 702,70
Outros gastos	11.12	-231,81	-1 381,97
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e		58 134,66	30 583,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-58 715,04	-57 538,09
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-580,38	-26 954,42
Juros e gastos similares suportados	11.14	-4 086,68	-12 050,71
Resultados antes de impostos		-4 667,06	-39 005,13
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-4 667,06	-39 005,13

A Direção



O Contabilista Certificado



ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE NESPEREIRA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		514 575,06	408 375,89
Pagamentos a fornecedores		-174 352,06	-123 758,38
Pagamentos ao pessoal		-255 694,47	-223 879,59
Caixa gerada pelas operações		84 528,53	60 737,92
Outros recebimentos/pagamentos		22 800,53	114 405,40
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		107 329,06	175 143,32
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 241,15	-26 415,91
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-2 241,15	-26 415,91
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		15 000,00	0,00
Doações		1 555,01	3 302,29
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-86 493,58	-184 633,69
Juros e gastos similares		-4 086,58	-12 050,71
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-74 025,15	-193 382,11
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		31 062,76	-44 654,70
Caixa e seus equivalentes no início do período		18 434,30	63 089,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	49 497,06	18 434,30

A Direção



O Contabilista Certificado



**ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE NESPEREIRA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

Contribuinte: 502358777

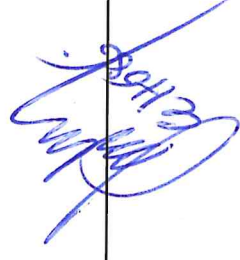
Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	CRECHE	SAD	CENTRO DIA	PERÍODOS	
					2025	2024
Vendas e serviços prestados	7	282 329,31	122 381,35	109 541,65	514 252,31	408 375,89
Custo das vendas e dos serviços prestados	5 / 9	-239 771,14	-93 203,47	-129 224,15	-462 198,76	-366 384,35
Resultado Bruto		42 558,17	29 177,88	-19 682,50	52 053,55	41 991,54
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.9	4 460,09	4 767,89	5 062,68	14 290,66	15 685,99
Outros Rendimentos	11.11	43 959,23	10 227,60	8 668,17	62 855,00	47 702,70
Gastos administrativos	4 / 11.10	-82 380,85	-29 092,04	-18 074,89	-129 547,78	-130 952,68
Outros Gastos	11.12	-172,42	-41,42	-17,97	-231,81	-1 381,97
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8 424,22	15 039,91	-24 044,51	-580,38	-26 954,42
Gastos de financiamento (líquidos)	11.14	-3 039,67	-730,28	-316,73	-4 086,68	-12 050,71
Resultado antes de impostos		5 384,55	14 309,63	-24 361,24	-4 667,06	-39 005,13
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado líquido do período		5 384,55	14 309,63	-24 361,24	-4 667,06	-39 005,13

A Direção



O Contabilista Certificado





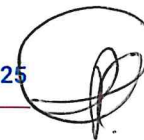
ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE SOCIAL DE NESPEREIRA

**Anexo às Demonstrações Financeiras
2025**



Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de Apresentação.....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	10
5	Inventários.....	10
6	Financiamentos Obtidos.....	11
7	Rédito.....	11
8	Subsídios do Governo e Apoios do Governo.....	11
9	Benefícios dos Empregados.....	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
11	Outras Informações.....	13
11.1	Fundadores/Beneméritos/Doadores/Associados/Membros.....	13
11.2	Investimentos Financeiros.....	13
11.3	Diferimentos.....	13
11.4	Caixa e Depósitos Bancários.....	14
11.5	Fundos Patrimoniais.....	14
11.6	Fornecedores.....	14
11.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	14
11.8	Outros Ativos e Passivos Correntes.....	15
11.9	Subsídios, Doações e Legados à Exploração.....	15
11.10	Fornecimentos e Serviços Externos.....	15
11.11	Outros Rendimentos.....	16
11.12	Outros Gastos.....	16
11.13	Créditos a Receber.....	16
11.14	Resultados Financeiros.....	16
11.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	17
11.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	17



1 Identificação da Entidade

A “ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE NESPEREIRA” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, III Série, nº90, de 18 de Abril de 1990 e com registo definitivo de alteração dos estatutos publicado no portal da justiça em 2/6/2016.

Tem sede no Lugar da Igreja, Nespereira – Lousada e a sua atividade visa a persecução dos objetivos de apoio à Infância, Juventude e 3ª Idade.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

Em 2025 foram efetuadas as seguintes correções:

- Regularização de verbas do IEFP no montante de € 5.186,12.
- Depreciações (2023/2024) - Equipamento Norte 2020 no valor de € 20.345,74
- Depreciações (2022/2023/2024) – Equipamento Transporte (PRR) no montante de €188,79

Estes movimentos foram registados na rubrica Resultados Transitados.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua



omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude



A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento



3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento Básico	6
Equipamento de Transporte	5
Equipamento Administrativo	6
Equipamento Informático	5
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros Rendimentos e Ganhos” ou “Outros Gastos e Perdas”.

3.2.3 Investimentos Financeiros

O DL 115/2023, de 15 de dezembro alterou os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A natureza e finalidade do FCT foram profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de



trabalho e da obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros Ativos e Passivos Financeiros



Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizados pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.



4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2024	Adições	Abate	Transferência	31-12-2025
Terrenos e Recursos naturais	500,00				500,00
Edifícios e Outras Construções	1 256 728,46				1 256 728,46
Equipamento Básico	124 062,25	2 241,15			126 303,40
Equipamento de Transporte	140 433,77				140 433,77
Equipamento Administrativo	20 761,24				20 761,24
Outros Ativos Fixos Tangíveis	633,50				633,50
Ativo Tangível Bruto	1 543 119,22	2 241,15	0,00	0,00	1 545 360,37
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	127 347,97	25 134,57			152 482,54
Equipamento Básico	63 456,50	14 328,58			77 785,08
Equipamento de Transporte	94 002,46	18 139,06			112 141,52
Equipamento Administrativo	17 024,50	1 112,83			18 137,33
Outros Ativos Fixos Tangíveis	633,50				633,50
Depreciações Acumuladas	302 464,93	58 715,04	0,00	0,00	361 179,97
Ativo Tangível Líquido	1 240 654,29	-56 473,89	0,00	0,00	1 184 180,40

5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários”, que engloba exclusivamente géneros alimentares, apresentava os seguintes valores:

Rubricas	2025	2024
Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	1 934,74	1 681,92
Total	1 934,74	1 681,92

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 detalham-se conforme se segue:

Movimentos	2025	2024
	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Saldo Inicial	1 681,92	1 150,14
Compras	56 967,09	47 163,74
Saldo Final	1 934,74	1 681,92
Gastos do Período	56 714,27	46 631,96



6 Financiamentos Obtidos

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se:

Descrição	2025			2024	
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Empréstimos Bancários	0,00	93 375,84	93 375,84	10 000,00	118 306,92
Outros Financiadores-FRSS	0,00	98 437,50	98 437,50	0,00	135 000,00
Total	0,00	191 813,34	191 813,34	10 000,00	253 306,92

7 Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2025	2024
Prestação de Serviços		
Quotas do Utilizadores	138 197,25	87 768,04
Quotas e Jóias	1 100,00	1 045,00
ISS, IP – Acordos Cooperação	374 955,06	319 562,85
Total	514 252,31	408 375,89

8 Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:



Descrição	Natureza	2025			2024		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP - Dotação	Não Reembolsável			374 955,06			319 562,85
ISS,IP - Poapmc	Não Reembolsável			1 759,51			1 392,71
Entidade Mediadora Poapmc	Não Reembolsável			1 677,78			176,27
Autarquias	Não Reembolsável			3 348,00			2 693,00
IEFP	Não Reembolsável			5 950,36			8 121,72
Norte 2020 Edifício	Não Reembolsável	712 435,81		15 158,21	727 594,02		15 158,21
CM Lousada Edifício	Não Reembolsável	124 550,00		2 650,00	127 200,00		2 900,00
Fundo Socorro Social (Edifício)	Não Reembolsável	32 128,36		1 396,36	33 524,72		1 396,36
Norte 2020 Equip.Básico	Não Reembolsável	61 644,28		20 548,11	41 500,95		10 375,24
PRR Equip.Transporte	Não Reembolsável	7 325,07		4 649,54	11 848,75		4 586,61
Norte 2020 Equip.Transporte	Não Reembolsável	15 086,96		9 384,78	24 471,74		9 384,78
Total		953 170,48	0,00	441 477,71	966 640,18	0,00	375 747,75

9 Benefícios dos Empregados

O número de membros do órgão diretivo é de 5 elementos. Este número manteve-se inalterado durante os anos de 2025 e 2024.

O número médio de pessoas ao serviço da associação durante os anos de 2024 e de 2025 foi respetivamente 23.

Além do pessoal do quadro a instituição conta ao seu serviço de 3 colaboradores ao abrigo de programas de medidas protocoladas com o IEFP.

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2025 e 2024 foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações do Pessoal	322 370,28	245 779,75
Encargos Sobre as Remunerações	67 457,99	51 470,64
Medidas IEFP	6 536,32	14 607,39
Compensação Contrato de Trabalho	322,17	0,00
Seguros de Acidentes Trabalho	4 053,46	3 079,26
Outros Gastos com o Pessoal	4 744,27	4 815,35
Total	405 484,49	319 752,39



10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Fundadores/Beneméritos/Patrocionadores/Doadores/Associados/Membros

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Quotas	625,00	395,00
Total	625,00	395,00

11.2 Investimentos Financeiros

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Investimentos Financeiros” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	3 390,40	3 390,40
Total	3 390,40	3 390,40

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	4 323,21	1 239,27
Total	4 323,21	1 239,27
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00



11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	129,97	106,39
Depósitos à Ordem	49 367,09	18 327,91
Total	49 497,06	18 434,30

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	100 816,95			100 816,95
Resultados Transitados	23 230,13		(1) -23 656,72	-426,59
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	966 640,18	61 351,83	-74 321,53	953 670,48
Total	1 090 687,26	61 351,83	-74 321,53	1 054 060,84

- 1) Resultados Transitados = 39. 005,13€ Resultado Líquido de 2024 + (5.186,12€) + (20.534,53€) correções (ver nota 3)

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	8 488,91	12 321,56
Total	8 488,91	12 321,56

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
IVA - Restituição	910,81	1 057,68
Total	910,81	1 057,68
Passivo		
IRS	549,35	478,50
Segurança Social	6 040,20	6 374,14
Total	6 589,55	6 852,64



11.8 Outros Ativos e Passivos Correntes

As rubricas “Outros Ativos Correntes” e “Outros Passivos Correntes” desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
ATIVOS				
Entidades do Setor Público Administrativo				
ISS.IP - Acordo Cooperação a receber Janeiro 2025		12 495,71		11 852,16
Adiantamento a Fornecedores		103,32		0,00
Norte 2020		0,00		26 649,43
Medidas IEFP		386,65		5 572,77
Município Lousada - Edifício		60 000,00		72 000,00
PRR - Equip. Transporte		0,00		5 433,05
Remunerações Pessoal		0,00		449,97
Total	0,00	72 985,68	0,00	121 957,38
PASSIVOS				
Credores por Acréscimo de Gastos				
Férias e Subsídio Férias		62 055,03		55 489,96
Outros gastos		1 013,00		879,36
Outros Credores				
Sindicato		0,00		106,73
Total	0,00	63 068,03	0,00	56 476,05

11.9 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	12 735,65	12 383,70
Donativos	1 555,01	3 302,29
Total	14 290,66	15 685,99

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.10 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Sub Contratos - Serviços SAD	4 454,95	0,00
Serviços Especializados	16 432,80	27 181,42
Materiais	6 259,58	11 063,73
Energia e Fluidos	20 413,46	18 215,94
Serviços Diversos	17 970,67	14 298,38
Encargos com Utentes	5 301,28	2 655,12
Total	70 832,74	73 414,59



11.11 Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros Rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	4 100,00	1 900,00
Outros Rendimentos e Ganhos		
Subsídios ao Investimento	53 787,00	43 551,20
Subsídio Alimentação Espécie	2 006,00	2 001,00
Falta aviso Prévio	1 962,00	0,00
Indemnização Seguros	1 000,00	0,00
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	0,00	250,50
Total	62 855,00	47 702,70

11.12 Outros Gastos

A rubrica de “Outros Gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	0,00	456,02
Quotizações	213,00	213,00
Outros	18,81	712,95
Total	231,81	1 381,97

11.13 Créditos a Receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Créditos a Receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Cientes e Utentes		
Utentes	1 506,31	1 829,06
Total	1 506,31	1 829,06

11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e Gastos Similares Suportados		
Juros Suportados	4 086,68	12 050,71
Total	4 086,68	12 050,71
Resultados Financeiros	-4 086,68	-12 050,71

11.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2025, foi o seguinte:

Creche: 42

Apoio Domiciliário: 28

Centro de Dia: 28

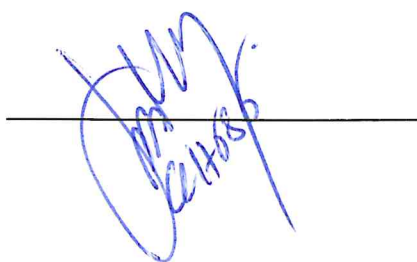
11.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nespereira, 03 de Março de 2026

O Contabilista Certificado



A Direção



ATA Nº 26

Pelas 16.30 horas do dia 28 de Março de 2026, na sede da **Associação de Solidariedade Social de Nespereira**, sita na Rua Joaquim Pinto Leal, nº 32, 4620-906 Nespereira, do concelho de Lousada, reuniu o Conselho Fiscal constituído pelos seguintes membros: Presidente: GLÓRIA DO ROSÁRIO MAGALHÃES, 1º Vogal: ZITA MANUELA SOARES MARQUES LEAL e 2º Vogal: JOSE LUIS LEAL RIBEIRO, para, de acordo com os estatutos, emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentadas pela Direção, relativos á Gerência de 1 de janeiro a 31 de Dezembro de 2025.

Foram enviados pela direção os seguintes documentos, que consideramos:

- Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza e Funções, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Anexo às Demonstrações Financeiras

Constatou-se que o Resultado Líquido do Exercício foi Negativo de (4.667,06€) (Quatro mil seiscentos e sessenta e sete Euros e Dois Cêntimos).

Analisados os resultados apresentados, o Conselho Fiscal identificou uma diminuição considerável no Resultado do exercício, que passou de (39.005.13€) negativo em 2024 para (4667.06€) negativo em 2025, A atividade da associação teve um resultado positivo antes das amortizações de 30.583.67€ em 2024 e de 58.134.66€ em 2025. O que faz que o crescimento fosse de 27.550.99€

Assim, o Conselho Fiscal emite **Parecer Favorável** ao Relatório de Atividade e Contas relativas ao Exercício de 2023, que apresenta um Resultado Líquido Negativo de (4.667,06€) (Quatro mil seiscentos e sessenta e sete Euros e Dois Cêntimos).

E nada mais havendo a tratar, foi a sessão dada por encerrada pelas 18.30 horas, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada, nos termos da lei, pelos membros efetivos presentes.

Nespereira, 28 de março de 2026

Presidente: 

1º Vogal: 

2º Vogal: 